



Anna Volpe/Senado Federal

Reunião de líderes partidários do Senado para definir a pauta de votações de fevereiro e março: problemas da segurança e alternativas para o setor não podem esperar mais, concordam senadores

Senadores decidem priorizar projetos de segurança pública

Em reunião com Sarney, líderes também definiram distribuição de recursos entre estados e mudança no rito das MPs como prioridades

O Senado vai dedicar duas semanas em março para discutir a segurança pública no país. A decisão foi tomada ontem pelos líderes partidários em reunião com o

presidente da Casa, José Sarney. À Comissão de Constituição e Justiça caberá organizar todos os projetos sobre o assunto que tramitam no Senado. Os líderes encaminharão as propostas que

considerarem mais importantes. Também serão priorizados os projetos que tratam de distribuição de recursos entre estados e de mudanças na tramitação das medidas provisórias. **3**

Mandados de prisão, Pinheirinho, greve de PMs e PEC 300 em debate **2**

Estudante pobre poderá ser isento de taxa de vestibular **6**

Casa popular deve ser adaptada para pessoa com deficiência **4**

Fórum da Água exige empenho de políticos, afirma coordenador **7**



Genalbo Magela/Senado Federal

Para o cirurgião José Aboudib (D), retirada imediata das próteses não tem respaldo científico



Genalbo Magela/Senado Federal

Mulheres acompanham discussões sobre problemas causados pelas próteses Rofil e PIP

Planos garantem a troca de silicone, mas podem recorrer à Justiça

Em audiência pública no Senado, representante das operadoras de saúde assegura que os planos

vão trocar as próteses mamárias com defeito, mas podem acionar o Estado para cobrir os custos. **5**

Pedro França/Senado Federal



Benedito Braga (3º à esq.), coordenador internacional do evento que acontecerá em março na França, diz na Comissão de Meio Ambiente que a participação de parlamentares será estratégica

Entre os benefícios do Banco Nacional de Mandados de Prisão a ser implementado pelo Conselho Nacional de Justiça, Marta Suplicy vê a criação de uma tipologia dos mandados não cumpridos

Banco de mandados de prisão é avanço, diz Marta

MARTA SUPLICY (PT-SP) afirmou ter ficado impressionada com a informação de que o Brasil tem 500 mil mandados de prisão não cumpridos, segundo levantamento feito pela imprensa. A senadora atribuiu a situação principalmente ao baixo investimento público nas forças de segurança e ao déficit de vagas prisionais.

— O não cumprimento de mandados de prisão é gravíssimo problema, que ameaça a vida dos cidadãos brasileiros ao deixar à solta criminosos perigosos que apostam na impunidade — disse.

Marta afirmou que a criação do Banco Nacional de Mandados de Prisão, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vai ajudar a melhorar esse quadro.



Marta diz estar impressionada com número de 500 mil mandados não cumpridos

— O sucesso desse banco de dados é fundamental para organizar o sistema e tornar possível um diagnóstico da situação de cada estado brasileiro — opinou.

Outro benefício do banco de dados é a classificação de quais tipos de mandados são menos cumpridos e quais são

dispensáveis, ou seja, em que casos penas alternativas à prisão seriam mais adequadas.

A senadora também lamentou recentes agressões contra homossexuais ocorridas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Para ela, o Senado já deveria ter aprovado o projeto que criminaliza a homofobia.



Senador espera que proposta melhore as condições de trabalho

Nascimento pede piso nacional de salário para policiais

Alfredo Nascimento (PR-AM) defendeu a votação da PEC 300/08, que institui piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares.

— Esperamos que a PEC 300 valorize e faça justiça ao policial brasileiro sem quebrar as finanças estaduais.

O senador considera que a crise nas forças policiais é devida à falta de eficiência gerencial da atual administração, que desperdiça recursos, não oferece treinamento e reciclagem à corporação, além de não ter cumprido a promessa de campanha de recomposição salarial.



Walter Pinheiro aponta recursos no PPA para centro de monitoração

Agenda deve incluir reestruturação da segurança pública

O debate sobre novo sistema de segurança pública foi citado por Walter Pinheiro (PT-BA) como fundamental para o Congresso em 2012. A greve dos policiais militares da Bahia e do Rio de Janeiro seria prova dessa necessidade.

Pinheiro elogiou a postura do governador da Bahia, Jaques Wagner, ressaltando que ele foi diligente ao pedir reforço de tropas federais. O senador defendeu novo sistema de segurança, com a implantação de centro de monitoração e de emergência, que já estaria previsto no Plano Plurianual (PPA).



Suplicy: pessoas sofrem preconceito e mudanças de abrigo constantes

Suplicy relata maus-tratos a desabrigados do Pinheirinho

O tratamento dado aos desabrigados da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), foi criticado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

A ação de reintegração de posse, que ocorreu em 22 de janeiro, foi classificada pelo senador como “precipitada, de enorme arbítrio e carregada de violência”. Suplicy disse ser importante que a presidente Dilma Rousseff, o governador do estado, Geraldo Alckmin, e o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, acompanhem de perto a situação, que, informou, está longe de chegar a bom termo.

Braga preocupa-se com saúde de haitianos



Imigrantes sem visto humanitário não têm como deixar país, diz Braga

O estado de saúde de 343 imigrantes haitianos que chegaram a Tabatinga (AM) depois de 13 de janeiro preocupa Eduardo Braga (PMDB-AM).

Nessa data, o Conselho Nacional de Imigração concedeu vistos humanitários aos haitianos que já se encontravam no país. Os que chegaram depois foram notificados pela Polícia

Federal a deixarem o país, mas não têm condições de fazê-lo. Segundo Braga, vários foram diagnosticados com hepatite C, sífilis e Aids.

Ele também defendeu a anulação de contrato de concessão de serviços de fornecimento de água tratada firmado pela prefeitura de Manaus com a empresa Águas do Amazonas.

Benedito de Lira cobra mais investimentos em estradas

Benedito de Lira (PP-AL) pediu mais atenção para a infraestrutura rodoviária. Ele disse ontem que as estradas nacionais precisam de mais investimentos, principalmente na manutenção do pavimento e da sinalização.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), informou o senador, em 2011 o Brasil investiu apenas 0,23% do produto interno bruto (PIB) no setor, enquanto China, Rússia e Índia investem entre 7% e 10% de seus respectivos PIBs em construção e manutenção.



Senador considera que país está à beira de “apagão logístico”

Benedito afirma que a precariedade das estradas nacionais é tão grande que o país pode ser classificado como estando à beira de um “apagão logístico”.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h25 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário

Pauta trancada por MP

14h

A pauta da sessão deliberativa continua trancada pela Medida Provisória 546/11, que concede incentivo às exportações.

Presidência

Ordem do dia

16h

O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAS

Mudança na Lei dos Planos de Saúde

9h

Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que altera a lei que trata dos planos de saúde privados para dispor sobre o dano moral no caso de recusa de cobertura.

CCT

Empresa para gestão de licenciamento

9h

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que autoriza a criação de empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros. Outra proposta determina limites de emissão de radiação permitidos quando uma instalação radioativa encerrar suas atividades. Na mesma reunião, votação de projetos de decreto legislativo autorizando funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CI

Direção-geral da ANTT

9h

A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a indicação de Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

CCJ

Estatuto da Juventude

10h

O Estatuto da Juventude é a primeira proposta da pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Entre os benefícios previstos para jovens de 15 a 29 anos, estão a meia-entrada em eventos culturais, de entretenimento e lazer e o desconto de 50% nas passagens intermunicipais e interestaduais.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Oposicionistas pedem inquérito contra Mantega

Senadores da oposição assinaram ontem representação contra o ministro da Fazenda, Guido Mantega, amparada em “indícios da prática de atos de improbidade administrativa, em razão de sua omissão quanto a fatos ocorridos na Casa da Moeda”. O documento endereçado ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi endossado por Demóstenes Torres (DEM-GO), Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Pedro Taques (PDT-MT), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Segundo a representação, houve na Casa da Moeda um “esquema de corrupção comandado por Luiz Felipe Denucci, presidente daquela empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, e seu consequente enriquecimento ilícito”. Os senadores afirmam no documento que Guido Mantega, “mesmo após ter sido alertado oficialmente de que Denucci estava sendo investigado pela Receita e pela Polícia Federal e, logo, que existiam robustos indícios de corrupção, manteve-o no comando da Casa da Moeda, com isso dando causa à continuidade dos atos lesivos ao interesse público”. Os oposicionistas pedem a instauração de inquérito civil público para a apuração dos fatos.

Pinheiro lembra que ministro vai falar ao Congresso

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), informou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve comparecer ao Congresso no início de março, “como faz todo semestre”, para falar dos rumos da economia do país.

— No momento em que ele for falar, cada um pode perguntar o que quiser — disse.

Aos senadores da oposição que querem explicação sobre as denúncias de corrupção na Casa da Moeda, Pinheiro negou que haja “blindagem” de Mantega e afirmou que as medidas necessárias já foram tomadas pelo ministro, como a troca do comando da empresa pública e a abertura de processo administrativo.

No dia 6, Alvaro Dias apresentou requerimento convocando o ministro para prestar explicações à CAE. Segundo ele, Delcídio do Amaral (PT-MS) também quer convidar o ministro, mas “para tratar de outros temas”.

Em reunião, líderes definem como prioridades na agenda do Senado a análise de medidas para contribuir com a segurança, a busca de acordo sobre incentivos fiscais e alíquotas em operações estaduais e a aprovação de mudanças no rito de tramitação das MPs



Presidente do Senado, José Sarney (C) participa da reunião de líderes partidários para definir pauta de votações e debates prioritários de fevereiro e março

Segurança pública será prioridade da Casa até março, definem líderes

A SEGURANÇA PÚBLICA estará entre os temas prioritários do Senado e a Casa dedicará duas semanas para debater o tema no próximo mês. A decisão dos líderes foi anunciada por Walter Pinheiro (PT-BA), após reunião com os colegas dos demais partidos e o presidente da Casa, José

Sarney, realizada ontem, para definir a pauta de votações de fevereiro e março.

— A segurança pública foi um tema explosivo no país recentemente — explicou.

O líder do PT disse que o Senado buscará contribuição para a segurança nacional. Na visão do líder do DEM,

Demóstenes Torres (GO), a segurança pública deve ser “prioridade zero” para o Senado. Ele disse que, “há 20 anos, a desigualdade social vem diminuindo e a violência, aumentando. Assim, a questão não é meramente social”.

— Nas questões de segurança, o Brasil não pode esperar

mais — declarou Demóstenes.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), explicou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai organizar os projetos de segurança e reuni-los em um só documento. Informou que os líderes encaminharão por escrito as propostas que considerarem prioritárias na área.

Divisão de recursos entre estados também deverá ser discutida

Temas como incentivos fiscais e alíquotas de impostos nas operações estaduais também deverão ter tratamento prioritário. O Projeto de Resolução do Senado 72/10, que trata do assunto, está na CCJ.

Segundo Walter Pinheiro, haverá reuniões da CCJ com as comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE) para buscar acordo sobre incentivos, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e royalties do petróleo.

Demóstenes Torres disse que a questão do FPE precisa ser tratada com urgência, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo até 31 de dezembro para que o Congresso regulamente o tema. O senador defende regra de transição, para que um estado não perca parte de sua receita de forma repentina.

Para Alvaro Dias, é importante apreciar a questão até o meio do ano, de modo que a Câmara também tenha tempo para o debate.

Senado conversará com líderes na Câmara sobre PEC das MPs

Os líderes também trataram, na reunião de ontem, da tramitação de medidas provisórias. Eles pediram ao presidente do Senado, José Sarney, esforço junto ao governo e à Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC 11/11. A proposta, que altera o rito de tramitação das MPs, foi aprovada em agosto pelo Senado e está em análise na Câmara dos Deputados.

Segundo Alvaro Dias, o Senado está sendo submetido a “uma situação de hu-

milhação”, devido ao pouco tempo para análise e pela quantidade de MPs enviadas ao Congresso.

Walter Pinheiro reconheceu que o assunto é importante e disse que a Casa vai voltar a conversar com a Câmara sobre a PEC das MPs.

— A sugestão foi que cada líder do Senado converse com o líder do seu partido na Câmara dos Deputados, para pressionar o presidente [da Câmara] Marco Maia a colocar esse item na ordem do dia de lá — disse.

Jucá destaca metas definidas pelo governo

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a execução e a ampliação dos programas sociais como principais metas do governo federal para 2012.

De acordo com Jucá, que participou ontem da reunião do Conselho Político com a presidente Dilma Rousseff, esse objetivo deverá ser al-

cançado sem abrir mão do controle fiscal e da política macroeconômica. O contingenciamento de recursos orçamentários não atingirá programas sociais nem investimentos relevantes.

— O investimento em programas sociais, em programas de infraestrutura no Programa de Aceleração do Crescimen-

to, no Programa Minha Casa, Minha Vida e em outros que têm alto impacto na geração de emprego continuará sendo priorizado pelo governo — afirmou Jucá.

A modernização da administração será outro objetivo, visando à melhoria do serviço público em educação, saúde e segurança.



Contingenciamento não atingirá programas sociais, garante Jucá

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional obriga construtoras a fazerem as adaptações necessárias para todas as pessoas com deficiência beneficiárias do Minha Casa, Minha Vida

Casa popular poderá ter acessibilidade obrigatória

A ACESSIBILIDADE PODE se tornar obrigatória no Programa Minha Casa, Minha Vida, de habitação popular. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado 650/11, que obriga as construtoras a atender as demandas de acessibilidade de pessoas com deficiência beneficiárias do programa.

A proposta determina que, além dos 3% de unidades imobiliárias que devem ser entregues já adaptadas para idosos

ou pessoas com deficiência, as construtoras terão de arcar com os custos de adaptação de outras unidades de acordo com a demanda.

De autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), a proposta teve voto favorável do relator, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Embora a lei vigente já destine 3% dos imóveis construídos no Programa Minha Casa, Minha Vida, não parece justo que uma vez comercializada as unidades acessíveis, os idosos ou portadores de

deficiência tenham de arcar pessoalmente com os custos das adaptações necessárias para moradia — disse o relator.

Rollemberg lembrou que, segundo o IBGE, pelo menos 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Mesmo assim, acredita que não será grande o número de unidades a serem adaptadas além dos 3%. Aprovada na CDR, a proposta segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em caráter terminativo.



Lauro Antônio (D) preside reunião da CDR: proposta sobre acessibilidade segue para a Comissão de Direitos Humanos

Comissão discute segurança em cruzeiros marítimos

A segurança dos participantes de cruzeiros marítimos no Brasil será debatida em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Proposto pela senadora Ana Amélia (PP-RS), o debate é motivado pelo acidente com o navio Costa Concordia, na Itália, que em 13 de janeiro deixou pelo menos 17 mortos e 15 desaparecidos.

A intenção da senadora é verificar a qualidade do serviço que tem sido prestado aos consumidores, principalmente no que diz respeito à segurança das operações. Outra discussão

será o esclarecimento sobre as competências das autoridades brasileiras nesse setor.

— O Brasil está se tornando um mercado promissor nos cruzeiros marítimos, e este acidente mostrou muitas deficiências. É preciso esclarecer quais autoridades são responsáveis por esses atracamentos. Quais áreas respondem por esse serviço de segurança? Isso do ponto de vista da logística da chegada desses navios à costa brasileira. E qual é o direito do consumidor brasileiro quando há um problema desse ou o cancelamento de uma viagem? Como ele fica em

relação aos ressarcimentos dos danos, seja numa viagem pela costa brasileira, seja por outros lugares? — questionou a senadora.

Entre as sugestões de convidados para discutir o tema, estão o ministro do Turismo, Gastão Vieira; o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio Oliveira Santos; o presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abreamar), Ricardo Amaral; e a diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva.

Municípios ganham políticas para turismo

Presidida pelo senador Lauro Antônio (PR-SE), a CDR também aprovou substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 521/11, que altera a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/08) para também incluir municípios no Sistema Nacional de Turismo. Dessa forma, os municípios passam a fazer parte das políticas de desenvolvimento de

turismo em cada estado.

De iniciativa do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), a proposta ganhou substitutivo de Ana Amélia para especificar que o projeto se refere aos municípios brasileiros integrantes das mais de 60 regiões turísticas identificadas pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. A matéria

foi aprovada em decisão terminativa.

Já o Projeto de Lei do Senado 491/11, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o laudo de inspeção técnica de edificação (Lite), foi retirado de pauta a pedido do relator, senador Zeze Perrella (PDT-MG).



Senadora lembra outro caso, no mesmo hospital, no início do mês

Vanessa lamenta morte do filho de dirigente da Embratur

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou ontem a morte de Marcelo Dino, de 13 anos, filho do ex-deputado Flávio Dino, presidente da Embratur. O adolescente teve uma parada cardiorrespiratória após crise de asma. Os familiares do menino alegam que houve demora no atendimento por parte do Hospital Santa Lúcia e chegaram a registrar boletim de ocorrência policial.

— Durante o período em que estive com Flávio Dino e sua esposa, percebi o desespero daquelas pessoas — relatou.

Vanessa lembrou que, em 19 de janeiro, o mesmo Santa Lúcia negou atendimento ao então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. Ele havia sofrido um infarto do miocárdio e acabou morrendo sem atendimento.

Inácio apresenta requerimento de voto de pesar

Inácio Arruda (PCdoB-CE) requereu ontem voto de pesar pela morte de Marcelo Dino, filho de Flávio Dino, presidente da Embratur, ex-deputado pelo PCdoB do Maranhão. O adolescente de 13 anos teve parada cardiorrespiratória após crise de asma. A família registrou boletim de ocorrência policial contra o Hospital Santa Lúcia, de Brasília, por demora no atendimento.

— É uma hora de muita dor perder alguém com essa idade — observou o senador.

Waldemir Moka (PMDB-MS), que presidia a sessão, também lamentou o ocorrido e solicitou que Inácio e outros senadores formalizassem o requerimento, a ser apreciado pela Mesa. Sérgio Petecão (PSD-AC) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também se solidarizaram com a família.



“É uma hora de muita dor perder alguém dessa idade”, diz o senador

Mário Couto quer maior fiscalização em hospitais

Hospitais públicos e particulares do Brasil ainda “ceifarão muitas vidas de pacientes que buscam atendimento com uma simples doença”. O alerta foi feito ontem por Mário Couto (PSDB-PA) ao comentar a morte de Marcelo Dino, filho do ex-deputado Flávio Dino.

Segundo o parlamentar, a maioria dos hospitais do país está tomada por bactérias que causam infecção generalizada (septicemia) e o governo nada faz para fiscalizar as entidades e encontrar uma saída.

— Tem que gritar alto, chamar a atenção das autoridades. O ministro da Saúde tem que fazer algo neste país. Não se pode mais calar. Os brasileiros estão morrendo ao entrar nos hospitais. Tem que se fazer uma fiscalização severa — disse.



Couto critica o governo por não controlar condições de hospitais

Humberto elogia remédios grátis para diabéticos

Humberto Costa (PT-PE) informou ontem que o Programa Saúde Não Tem Preço triplicou o número de diabéticos e hipertensos que recebem medicamentos de graça na rede de farmácias populares, que agora atinge 7,8 milhões de brasileiros. O programa, lembrou o senador, foi implantado por ele quando ministro da Saúde do governo Lula e já tem mais de 20 mil farmácias participantes, em 3.200 municípios. Além dos medicamentos gratuitos, oferece descontos de até 90% para remédios contra asma, colesterol, osteoporose e rinite, assim como anticoncepcionais e fraldas geriátricas.

Humberto associou-se ao voto de pesar à família do presidente da Embratur, Flávio Dino, pela morte do seu filho Marcelo, de 13 anos.



Segundo o parlamentar, o programa beneficia hoje 7,8 milhões de pessoas

As operadoras, para as quais a culpa pela comercialização de próteses com defeito é das autoridades sanitárias, anteciparam que vão buscar ressarcimento dos custos

Planos garantem que trocarão silicone

“AS OPERADORAS DE planos de saúde vão cumprir a determinação dos órgãos sanitários de garantir cobertura integral aos pacientes com problemas em decorrência do uso de próteses de silicone defeituosas”, assegurou o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, em audiência no Senado. Segundo ele, estarão cobertas, inclusive, cirurgias para substituir os implantes, quando indicadas. Arlindo adiantou, no entanto, que as operadoras poderão entrar na Justiça para cobrar do Estado o ressarcimento dos custos.

— O importante é que todas as pacientes serão atendidas. Depois, poderá haver ações de reversão, para acionar o Estado como responsável — observou.

O presidente da Abrange citou parecer da área jurídica da associação que exime os planos de saúde da responsabilidade pelo uso de próteses defeituosas das marcas PIP (francesa) e Rofil (holandesa), utilizadas, sobretudo, em cirurgias de reconstrução de mama pós-mastectomia. A culpa, de acordo com o parecer, é das autoridades sanitárias, já que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é o órgão responsável por avaliar as próteses, nacionais ou importadas, autorizando a comercialização.

Já o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, disse que o responsável por trazer do exterior um produto fraudado é o importador. Mas salientou que, “na medida em que houver decisões judiciais sobre o assunto, a Anvisa vai acatá-las”.

A audiência pública foi realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH), por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS), que dirigiu os trabalhos.

Atendimento

A Anvisa já cassou o registro das duas marcas, proibindo a importação e comercialização. Por causa dos defeitos de fabricação, com o uso, as próteses adulteradas podem apresentar fissuras e até se romper, deixando vaziar o silicone.

Arlindo de Almeida afirmou ainda que os planos vão estender o atendimento a todos os associados que apresentarem problemas com as próteses defeituosas, mesmo os que fizeram os implantes com objetivo estético, em clínicas e hospitais particulares.

A cirurgia poderá ser feita também pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de uma lista de hospitais referenciados.



Em uma das mesas da audiência pública, José Luiz Pedrini (E), Arlindo de Almeida, senadora Ana Amélia e Dirceu Barbano, diretor-presidente da Anvisa

“Toda prótese mamária vai se romper um dia”

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), José Horácio Aboudib, “toda prótese mamária vai se romper um dia e, quando isso ocorrer, deve ser trocada”. Ele disse que há casos em que os implantes duram entre cinco e seis anos e outros em que o prazo é de 20 a 30 anos.

Mas o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, questionou se todas as brasileiras que receberam esse tipo de implante — que ele estima em 1 milhão de mulheres — foram corretamente alertadas sobre o rompimento e a necessidade de um novo procedimento cirúrgico no futuro.

— Aparentemente essa informação não foi passada de maneira consistente e adequada para todas elas — declarou Barbano.

Ao comentar o risco de rupturas, Aboudib frisou que não se sabe exatamente o que as provoca, ressaltando que há tanto um desgaste químico como um desgaste físico. Ele avalia que, possivelmente, uma pessoa que se movimenta mais, como uma jogadora de vôlei, pode ter traumas contínuos que resultem em uma ruptura. “Mas não há estudos sobre isso”, acrescentou.

Retirada imediata não se justifica, afirma cirurgião

Um dos assuntos mais citados durante a audiência foi a denúncia de que a Poly Implant Prothese (PIP) adulterou a matéria-prima de suas próteses. De acordo com José Horácio Aboudib, há indícios de que a empresa não fraudou toda a produção, pois, ao se retirarem os implantes, verificou-se a existência de unidades de boa e de má qualidade.

O presidente da SBCP destacou que estudos apontaram que as próteses da PIP não ofereceriam risco de câncer ou de citotoxicidade. Ocorreria, no entanto, uma maior reação inflamatória após a ruptura do implante.

O médico criticou o governo francês, que no fim do ano passado recomendou a retirada imediata das próteses. Aboudib disse que a medida não tem respaldo científico e traz várias dificuldades logísticas. Para ele, “o pânico é muito mais grave para a saúde das pacientes que as próteses”.

Dirceu Barbano, presidente da Anvisa, informou que é raro os médicos brasileiros notificarem problemas com implantes mamários. Segundo ele, em 2011, só houve notificações após a divulgação dos casos da PIP. Entre 23 de dezembro e 9 de fevereiro, foram oito.

Mais brasileiras aguardam cirurgia para reconstruir mama

Milhares de mulheres aguardam cirurgias de reconstrução da mama, apesar de uma lei de 1999 prever a obrigatoriedade de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em caso de mutilação decorrente de tratamento de câncer. O alerta foi dado pela presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Maira Caleffi, na audiência.

O vice-presidente da SBCP, Luciano Chaves, informou que, embora a reconstrução mamária seja parte do tratamento do câncer, há um acúmulo de pacientes que não se beneficiam da lei. Preocupada, a entidade iniciou por Brasília, em 2011, mutirão para a realização dessa cirurgia. Foram beneficiadas 61 pacientes em apenas um dia, incluindo quem havia retirado as mamas 29 anos atrás. A iniciativa será estendida para 19

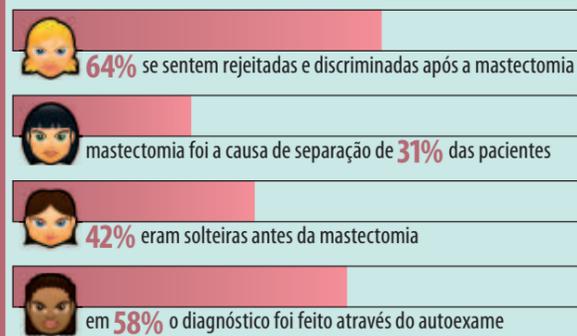
estados, com a meta de atender, de 5 a 9 de março, 500 mulheres que aguardam a cirurgia no SUS. Cerca de 1.500 cirurgiões plásticos devem participar como voluntários.

Maira Caleffi observou que a reconstrução mamária tem impacto positivo sobre a saúde mental e a qualidade de vida e quanto mais cedo é feita a cirurgia, maiores são os benefícios. Ela citou pesquisas segundo as quais pacientes mastectomizadas têm sentimentos depressivos e pensamentos transitórios sobre suicídio.

O câncer de mama, que atinge também homens, tem quase 50 mil novos casos por ano, de acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), matando quase 12 mil pessoas. Segundo a Femama, 45,3% dos casos são descobertos quando a doença já está muito avançada.

Recuperação física e psicológica

Levantamento feito em 2011 com 142 pacientes mostrou o impacto psicológico da mastectomia e a importância da reconstrução da mama para a reinclusão social



Fonte: Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica

Sociedade de Mastologia tenta tranquilizar mulheres

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, José Luiz Pedrini, tentou tranquilizar as mulheres com próteses mamárias de silicone. Ele destacou estudo mostrando que, em condições normais, o índice de ruptura dessas próteses chega a 15% aos dez

anos de implantação. Conforme as análises, o material extravasado não causa câncer ou qualquer problema sistêmico para a saúde da mulher.

— A maioria dos implantes mamários pode estar rompida há algum tempo. Mas até hoje não foi observado

se a troca ou não troca teria consequência a longo prazo para essas mulheres.

Sem se referir ao problema específico das marcas PIP e Reofil, Pedrini confirmou que, na ocorrência de vazamento, o silicone pode ir para o tecido mamário e vasos linfáticos

das axilas e mesmo para o fígado. Além disso, o material também pode ser confundido com tumores, ou dificultar o diagnóstico de câncer. No entanto, ressaltou que o silicone por si mesmo não seria cancerígeno nem provocaria outros problemas de fundo.

Proposta ainda terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. O relator, Aloysio Nunes Ferreira, considera que a cobrança de taxas para o ensino superior reduz a procura por cursos

Aluno pobre pode ser isento de taxa de vestibular

ESTUDANTES PROVENIENTES DE famílias pobres e que recebem benefícios de programas sociais poderão ter isenção de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em instituições federais de ensino superior. A medida consta de projeto de lei da Câmara (PLC 62/11) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tomará decisão terminativa sobre o assunto.

Segundo subemenda do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), será assegurada isenção total das taxas ao candidato que comprovar, cumulativamente, ser membro de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, do governo federal; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou com bolsa integral em escola privada; e possuir renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. A isenção poderá ainda ser concedida ao estudante membro de família que receba benefício de prestação continuada da assistência social.

Em seu voto favorável, Aloysio Nunes observa que a cobrança de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em instituições federais de ensino superior pode reduzir a procura dos cursos oferecidos.

— As taxas de inscrição impedem a realização do direito de acesso às oportunidades educacionais, diminuindo, em consequência, a democratização da educação superior.

Wellington Dias (PT-PI) apoiou a proposta, lembrando que o país ainda conta com uma “sociedade desigual” e que muitas famílias ainda não podem pagar as taxas de inscrição. Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que o texto do relator deixou claro quem terá direito à isenção.



Aloysio Nunes e Roberto Requião na reunião da Comissão de Educação

Comissão debate dificuldades para cumprir metas de educação

As dificuldades encontradas pelo governo brasileiro para cumprir metas internacionais de qualidade em educação serão tema de debate promovido pela Comissão de Educação (CE), presidida por Roberto Requião (PMDB-PR). A sugestão partiu de Ana Amélia (PP-RS).

Para a audiência, serão convidados a diretora executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila da Cruz, o colunista da revista *Veja* Gustavo Ioschpe e representante do Ministério da Educação.

A CE aprovou requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB) para realização de audiência

sobre a “quebra de autonomia” da Universidade Estadual da Paraíba.

Requião anunciou a intenção de promover debate a respeito do projeto que define o Ato Médico, que chegou à comissão. Ele disse ter recebido carta do médico Aloysio Campos da Paz, fundador da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, segundo o qual os hospitais da rede funcionam com grupos multidisciplinares que não poderiam ser todos submetidos ao comando de um médico.

— O projeto dá proeminência absoluta aos médicos — afirmou Requião.



Paulo Bauer é autor do projeto de lei que dobra salário-família

Bauer celebra reforço a salário-família

Paulo Bauer (PSDB-SC) agradeceu ao Senado e à liderança do governo a aprovação de projeto de sua autoria que prevê o pagamento em dobro do salário-família à segurada da Previdência Social com filho de até seis anos de idade (PLS

Souza é eleito coordenador político de frente agropecuária

Sérgio Souza (PMDB-PR) anunciou que foi eleito para a coordenação política da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A função era exercida por Moacir Micheletto, que era deputado pelo PMDB do Paraná e morreu em acidente automobilístico em 30 de janeiro.

Entre as prioridades da frente para 2012, está a votação do texto do Senado ao projeto do novo Código Florestal. Aprovado em dezembro, o projeto voltou ao exame da Câmara e pode ser votado no início de março.

— Neste momento, acontece reunião no Ministério do Meio Ambiente, onde discutem com a ministra [do Meio Ambiente] Izabella Teixeira



Sérgio Souza: uma das prioridades da frente é o novo Código Florestal

o relatório final. Amanhã [hoje], às 14h30, estaremos juntos numa reunião com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro — informou.

A frente reúne 268 parlamentares e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. O grupo é presidido pelo deputado Moreira Mendes (PSD-RO).

Contra a fome, Vital do Rêgo quer escritório da FAO na Paraíba

“Oh, mundo tão desigual/Tudo é tão desigual/De um lado esse carnaval/De outro a fome total.” Foi com essa estrofe da música *A Novidade*, interpretada pela banda Paralamas do Sucesso, com versos de Gilberto Gil e melodia de Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone, que Vital do Rêgo (PMDB-PB) encerrou seu discurso hoje em plenário. Ele fez análise da fome no mundo e pediu a abertura de escritório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no estado da Paraíba.

— A despeito de sinceros e continuados esforços de uma enorme rede de referência e



Para senador, FAO no Nordeste aprofundaria combate à fome

amparo, ainda não conseguimos garantir um mínimo de três refeições diárias para 850 milhões de pessoas em todo o mundo, conforme dados de 2008 — disse.

Para Vital do Rêgo, um escritório da FAO na Paraíba serviria para enfrentar a problemática da fome e da desnutrição em toda a região Nordeste.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Jarbas, transposição do São Francisco é prioridade do governo “apenas no papel”

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a presidente Dilma Rousseff por ter dito que a transposição das águas do rio São Francisco é obra prioritária de seu governo.

Na avaliação do senador, “a transposição é prioridade apenas no papel”.

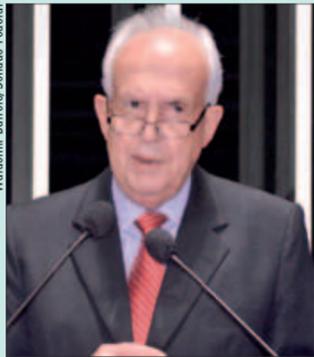
Ele afirmou, em pronunciamento, que o governo

federal destinou à obra em 2011 apenas 13% dos recursos previstos no Orçamento.

O senador lembrou que as obras da transposição foram a principal motivação da viagem que a presidente fez à região Nordeste na semana passada. Ele observou que há dois anos ela, como candidata, viu todos os percalços da obra e os problemas com as empreiteiras.

Para o senador, a presidente Dilma transformou a região num “palco das piores encenações”.

— A presidente não pode, em uma visita ao Nordeste, surpreender-se, estranhar o mau andamento, o mau desempenho da gigantesca obra da transposição do rio São Francisco — afirmou o parlamentar.



Jarbas considera que Dilma fez do Nordeste palco de encenações

Para incentivar turismo, Lauro Antônio pede construção de ponte entre SE e AL

Lauro Antônio (PR-SE) pediu ações de infraestrutura para implantação de projetos turísticos na região do baixo São Francisco, entre Sergipe e Alagoas. Na opinião do senador, entre as obras necessárias está a construção de ponte sobre o rio para ligar os dois estados.

— Certamente a construção de uma ponte sobre o Velho Chico trará para os municípios do baixo São Francisco, nos dois estados, uma grande possibilidade de desenvolvimento turístico.

A ampliação do número de turistas, disse o senador, geraria renda para a população e recursos para os municípios. Lauro Antônio lembrou que 14 municípios sergipanos e nove alagoanos estão na região, o que justificam esforços conjuntos dos dois estados.

Entre os exemplos do potencial turístico, citou a reserva de Santa Isabel, conhecida como Pantanal Nordestino, e o delta sergipano do rio São Francisco, em Brejo Grande. Do lado alagoano, lembrou da cidade histórica de Penedo.



Senador avalia que delta do São Francisco tem potencial turístico

Davim afirma que nova linha de crédito torna Brasil protagonista na energia limpa

Paulo Davim (PV-RN) comemorou o lançamento de linha de crédito para estimular investimentos privados, municipais e estaduais em projetos de desenvolvimento de tecnologias para a produção de energia limpa.

Essa linha de crédito foi lançada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com o senador, o Programa Fundo Clima terá aporte de R\$ 230 milhões e deverá auxiliar o Brasil a reduzir o índice de emissão de gás carbônico em 40% até 2020.

O parlamentar informou também que esse fundo terá linhas de financiamento para áreas como transportes eficientes, energias renováveis, aproveitamento energético dos resíduos urbanos e aprimoramento da produção de carvão vegetal.



Davim fala do Programa Fundo Clima, que tem recursos do BNDES



Entre Benedito Braga (3º à esq.) e Vicente Andreu, Rodrigo Rollemberg preside reunião da Comissão de Meio Ambiente

Fórum Mundial da Água é político, diz coordenador

Participação de parlamentares no evento, que acontecerá em março, na França, é defendida durante audiência, com o argumento de que a gestão da água depende de boas leis e recursos orçamentários

A PARTICIPAÇÃO DE parlamentares no 6º Fórum Mundial da Água é estratégica, pois a gestão da água é um processo político e sua eficiência depende de boas leis e de recursos orçamentários. A opinião é do coordenador internacional do fórum, Benedito Braga, que participou ontem de audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo Braga, o fórum — que será realizado de 12 a 17 de março na França — permitirá a troca de informação entre países sobre legislações e políticas bem-sucedidas.

— É um fórum político. Os técnicos preparam soluções, mas queremos que ministros, parlamentares e prefeitos se comprometam.

Braga destacou o envolvimento do Senado, em especial da CMA. Apesar de não estar definida a representação da Casa, devem participar Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Jorge Viana (PT-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Kátia Abreu (PSD-TO), entre outros.

O fórum deve reunir representantes de 180 países e a delegação brasileira deve ser presidida pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O país levará experiências bem-sucedidas, conforme informou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu.

Paulo Varella, diretor de Gestão da ANA, explicou que o Brasil terá no fórum pavilhão patrocinado pelos 41 integrantes da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água. Entre as experiências brasileiras a serem levadas, Julio Thadeu Kettelhut, do Ministério do Meio Ambiente, citou o sistema de parcerias envolvidas na gestão de água. Já o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, Paulo Sérgio Salles, destacou a legislação específica e a prática dos comitês de bacia. O Brasil também deverá levar

O fórum, na França, deve reunir representantes de 180 países

uma declaração ministerial, informou Paulino de Carvalho Neto, do Ministério das Relações Exteriores. No debate, Rollemberg e Viana concordaram com Andreu quanto à importância de programas de pagamento por serviços ambientais. Segundo Andreu, a remuneração a quem protege recursos hídricos representa “ponte virtuosa entre preservação e produção”. Os senadores disseram que nos próximos anos o governo vai renovar contratos com concessionárias de energia elétrica e deve aproveitar para prever recursos.

Pedro Taques (PDT-MT) manifestou preocupação com a legislação que trata da implantação de hidrovias, uma vez que os rios podem cortar diversos estados.

Rollemberg apoia candidatura de Brasília a sede do fórum em 2018

Durante o debate sobre o Fórum Mundial da Água, Rollemberg manifestou apoio à candidatura de Brasília como sede da edição do evento prevista para 2018.

O presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), Vinícius de Sá e Benevides, disse acreditar que o Brasil reúne condições para receber o fórum de 2018 e que Brasília será candidata a sede. Benevides lembrou que o país tem instituições estruturadas e reconhecidas na gestão de recursos hídricos, como a ANA.

Rollemberg pediu o apoio dos senadores para a realização do fórum em Brasília.

— Tenho certeza que, como capital de todos os brasileiros, teremos o apoio de todos os estados — disse.

De acordo com Benedito Braga, para a escolha da sede são considerados não apenas aspectos como infraestrutura, mas o desempenho do país nos esforços de gestão sustentável dos recursos hídricos e seu envolvimento nos fóruns mundiais de água. Nesse sentido, ele considera que o país reúne condições para sediar o evento, pois “tem dado ao mundo sinais de boa gestão da água”.

Para senador, legislação precisa avançar

Rodrigo Rollemberg disse ontem em Plenário que, no momento em que o Brasil se prepara para receber a conferência Rio+20, é essencial adotar novos paradigmas sobre a água.

— Água, alimentos e energia estão entre os temas mais importantes e estratégicos para o futuro da Humanidade.

O senador também destacou audiência pública realizada pela CMA sobre o Fórum Mundial da Água. Segundo ele, temas como recursos tecnológicos e interação entre legisladores do mundo para troca de experiências de políticas públicas sobre a água estarão entre os temas de debate.

Rollemberg disse esperar que os países assumam compromissos ousados sobre desenvolvimento sustentável. Para ele, o Brasil avançou muito nas questões ambientais, mas precisa ir além. O senador deu como exemplo a necessidade de se rever a Lei 9.433/97, que trata da Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Crivella faz apelo por renovação de edificações no país



Projeto que determina a realização periódica de fiscalização em edificações e cria o laudo de inspeção técnica de edificação (Lite) foi defendido por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Autor do PLS 491/11, o senador informou ter se reunido ontem com técnicos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) para tratar da fiscalização periódica das edificações.

Crivella mencionou o recente desabamento de três prédios no Centro do Rio de Janeiro, provocando a morte de 17 pessoas e o desaparecimento de outras 5.

Jorge Viana anuncia sessão especial em homenagem ao Acre



A celebração dos 50 anos da transformação do Acre de território em estado deverá ser comemorada em sessão especial no Senado. O requerimento para a celebração, do senador e ex-governador do estado, Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado ontem. A data da sessão ainda será definida.

O senador informou sobre a aprovação de outro requerimento para sessão especial em homenagem ao centenário de morte do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, que morreu em 10 de fevereiro de 1912.

Suplicy e Sérgio Souza: pesar pelo falecimento de dom Ladislau

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o requerimento de Sérgio Souza (PT-PR) de voto de pesar pelo falecimento, na segunda-feira, de dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais (PR) e presidente da Comissão Pastoral da Terra. Suplicy lembrou que dom Ladislau denunciou o trabalho escravo e a violência contra camponeses, indígenas e quilombolas, e defendeu a regularização fundiária como forma de levar a paz ao campo:

— Conhecido como o bispo da reforma agrária, dom Ladislau teve importante contribuição nos documentos sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB] que abordam o tema — asseverou.

Taques apresenta requerimento para criar uma comissão que trate do tema; Ferraço elabora PEC que define novo rateio do Fundo de Participação dos Estados; Pinheiro afirma que assunto é prioritário

Senadores pedem novo pacto federativo urgente

PEDRO TAQUES (PDT-MT) fez críticas ao atual pacto federativo e pediu o apoio do Senado para um amplo debate sobre o equilíbrio de direitos e deveres entre União, estados e municípios.

O senador apresentou requerimento para que seja constituída uma comissão de economistas, cientistas políticos e juristas para repensar o pacto federativo.

— Alguns dizem que no Brasil, quando você não quer fazer absolutamente nada, você cria uma comissão e depois marca uma reunião. Mas essas comissões que estão sendo criadas pela Presidência do Senado para debater, através de um primeiro olhar de especialistas, têm dado resultado — afirmou o senador, referindo-se às comissões que têm tratado da legislação eleitoral, de alterações no Código de Defesa do Consumidor e da reforma do Código Penal.

Em sua opinião, o Senado tem o dever fundamental de regulamentar o federalismo fiscal, além de discutir questões como o Fundo de Participação dos Estados, a questão dos *royalties* e a divisão de responsabilidades na segurança pública:

— Os municípios têm muitas atribuições e poucos recursos. Os prefeitos do Brasil,

a cada ano, comparecem ao palácio do governador e ao Palácio do Planalto solicitando recursos. Isso é uma distorção de nossa Federação.

Fundo

Walter Pinheiro (PT-BA) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também defenderam a discussão urgente de um novo pacto federativo.

— Há que se renovar o pacto federativo de forma ampla, consistente, de forma a não tratar desiguais de forma igual ou a não privilegiar ou a não sobrecarregar um ou outro ente federado em relação aos demais — disse Ferraço.

O senador deve apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para definir novos critérios de rateio do Fundo de Participação

dos Estados. O novo FPE precisa ser definido até 31 de dezembro, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC a ser apresentada por Ferraço considera que o tamanho relativo de cada estado — territorial e populacional — modifica a escala da demanda por serviços públicos e, por isso, deve influenciar a configuração do FPE. Como critério socioeconômico, em vez do produto interno bruto (PIB), a proposição leva em conta a renda domiciliar *per capita*.

Walter Pinheiro informou que, na reunião de líderes partidários de ontem, a elaboração do novo pacto federativo foi considerado assunto prioritário para o Senado.



Taques afirma que Senado tem como dever mudar pacto federativo



Ferraço elabora PEC que altera Fundo de Participação dos Estados

Projeto amplia poder do Congresso no Orçamento

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse ontem que espera ver aprovado, até o final do semestre, o substitutivo ao projeto que altera a Lei de Execução Orçamentária. A proposta, que aumenta a obrigatoriedade do repasse de recursos previstos em emendas parlamentares, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e

tem como relator Francisco Dornelles (PP-RJ).

O substitutivo prevê a criação de uma “reserva de impositividade” para emendas parlamentares de até 0,8% da receita corrente líquida (RCL) da União, antiga demanda de deputados e senadores.

O projeto (PLS 229/09 – Complementar) também

promove a responsabilização dos agentes encarregados das despesas públicas, entre outras alterações.

Vital do Rêgo, que preside a Comissão Mista de Orçamento (CMO), avalia que a proposta reforça a responsabilidade na gestão das finanças públicas. Francisco Dornelles é favorável ao substitutivo.

Senado doa legislação em braile a TJ e OAB paulistas

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) receberam segunda-feira exemplares em braile de 16 leis brasileiras. O material foi impresso pela Gráfica do Senado e entregue pela prefeitura de São Paulo, signatários de acordo de cooperação como parte do Programa Ler para Crear, da

prefeitura paulista.

Foram entregues volumes, entre outros, das seguintes publicações: Constituição Federal, Código de Processo Penal, Código de Trânsito Brasileiro, Código de Processo Civil, Código Eleitoral, Código Penal, Código Tributário Nacional, Consolidação das Leis do Trabalho, Código Civil, Código de Defesa do

Consumidor, Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha.

A entrega ocorreu na sede do TJ, na capital paulista, com as presenças do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; e dos presidentes do tribunal, desembargador Ivan Sartori, e da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso. O Senado foi

Casildo aplaude escolha de Graça Foster para a Petrobras

Casildo Maldaner (PMDB-SC) deu boas-vindas, em pronunciamento ontem, à primeira mulher a presidir a Petrobras, Graça Foster, empossada na segunda-feira.

Segundo ele, a empresa vive momento único em seus 58 anos, com uma funcionária de carreira na direção e com grandes desafios a superar, como a ampliação da capacidade de refino do petróleo.

Apesar de a Petrobras ser a quinta maior empresa energética do mundo, com lucro líquido de R\$ 33 bilhões em 2011 e perspectiva de crescimento de produção a partir da exploração dos novos poços do pré-sal, a capacidade de refino ainda está aquém do necessário, declarou o senador. O país tem 12 refinarias em funcionamento, processando 1,8 milhão de barris/dia.

Inácio Arruda elogia Gabrielli e deseja boa sorte à sucessora

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou sua participação na posse da nova presidente da Petrobras, Graça Foster, segunda-feira, no Rio de Janeiro. Ele desejou boa sorte à primeira mulher a presidir a Petrobras. Graça Foster é funcionária de carreira da empresa há mais de 30 anos.

Inácio Arruda elogiou o ex-presidente José Sergio Gabrielli, para ele, “um dos maiores presidentes” da estatal. Entre os feitos de Gabrielli, o senador destacou o início da produção de biocombustíveis, a encomenda de navios para a indústria nacional e o investimento em inovação tecnológica.

O parlamentar aproveitou o pronunciamento para lamentar a morte da jornalista Ivonete Maia, primeira mulher a presidir o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Ceará.



Waldecir Barreto/Senado Federal